

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Produban Serviços de Informática S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, março de 2012

A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO								
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado								
Ativo	Nota	2011	(Reclassificado)	2010	Nota	2011	(Reclassificado)	2010
Ativo Circulante		28.694	35.675	Passivo e Patrimônio Líquido		41.593	37.467	
Caixa e Equivalente de Caixa	3&16.f	72	88	Contas a Pagar		9.417	892	
Aplicações Financeiras	4	26.234	23.812	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar		1.356	2.599	
Depósitos Judiciais		-	2.980	Salários a Pagar		22.759	24.903	
Créditos Tributários - Correntes		1.001	4.730	Impostos a Pagar		4.875	3.357	
Outros Ativos Financeiros		1.110	3.853	Outros Passivos		3.186	5.716	
Outros Ativos		277	212	Passivo Não Circulante		4.559	4.115	
Ativo não Circulante		46.259	29.680	Salários a Pagar		298	1.206	
Aplicações Financeiras	4	21.664	19.539	Provisões	8	4.261	2.909	
Contas a Receber		20	10	Total do Passivo		46.152	41.582	
Depósitos Judiciais		3.336	-	Patrimônio Líquido				
Créditos Tributários		19.664	8.565	Capital Social	10.a	14.920	9.981	
Correntes		9.152	-	Reservas	10.c	13.881	13.792	
Diferidos	9.b	10.512	8.565	Total do Patrimônio Líquido		28.801	23.773	
Outros Ativos Financeiros		91	-					
Ativo Tangível	5	1.243	1.358					
Ativo Intangível	6	241	208					
Total do Ativo		74.953	65.355	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		74.953	65.355	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	Nota	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Dividendos Complementares	10.b	9.981	1.127	8.082	-	19.190
Lucro Líquido		-	-	(4.219)	-	(4.219)
Destinações:					11.544	11.544
Reserva Legal	10.c	-	577	-	(577)	-
Dividendos	10.b	-	-	-	(1.792)	(1.792)
Juros sobre o Capital Próprio	10.b	-	-	-	(950)	(950)
Reserva para Equalização de Dividendos	10.c	-	-	8.225	(8.225)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		9.981	1.704	12.088	-	23.773
Aumento de Capital	10.a	4.939	-	(4.939)	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	6.594	6.594
Destinações:						
Reserva Legal	10.c	-	330	-	(330)	-
Dividendos	10.b	-	-	-	(166)	(166)
Juros sobre o Capital Próprio	10.b	-	-	-	(1.400)	(1.400)
Reserva para Equalização de Dividendos	10.c	-	-	4.698	(4.698)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		14.920	2.034	11.847	-	28.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional
A Produban Serviços de Informática S.A. (Produban) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474 - Bairro Santo Amaro - São Paulo - SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto, entre outros, desenvolvimento e implantação de infraestrutura de tecnologia, gestão de processamento de serviços de tecnologia, suporte técnico, gestão de recursos de comunicação - áudio e voz, suporte de infraestrutura em sites de processamento distribuído, suporte de equipamentos de uso corporativo, mesa de operações e call center e suporte à implantação de projetos, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente. As receitas da Produban nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão representadas, substancialmente, por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na nota explicativa 16.f.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Produban, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - The International Financial Reporting Standard (IFRS).

As demonstrações financeiras referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras a serem elaboradas de acordo com o CPC, correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade, sendo 1 de janeiro de 2009 a data da adoção inicial (balanço patrimonial de abertura). A Administração avaliou os ativos e passivos na data de transição, sendo que as estimativas e práticas contábeis utilizadas não apresentaram efeitos no balanço de abertura e são consistentes com as demonstrações e critérios do ano anterior.

O resultado e a posição financeira da Produban estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 10 de fevereiro de 2012.

As seguintes normas, interpretações e alterações de normas contábeis foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011, entretanto, não tiveram impactos sobre as demonstrações da Produban:

- CPC 00 (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; CPC 15 (R1) Combinação de Negócios; CPC 19 (R1) Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture); CPC 20 (R1) Custos de Empréstimos; CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária; CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis; CPC 35 (R1) Demonstrações Separadas; e CPC 36 (R2) Demonstrações Consolidadas.
- O CPC ainda não editou diversos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRS's novas e revisadas que passarão a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2013. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelos CPC. Considerando as atuais operações da Produban e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

c) Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis);
- Provisão com processos judiciais e administrativos e obrigações legais; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos e outros valores classificados a curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

i. Definições
"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos para fins contábeis:

- Investimentos em coligações; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários.

ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado); essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros que de modo geral, a intenção seja de mantê-los até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).

iii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Depósitos judiciais";
- "Contas a receber";
- "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("posições vendidas"); e
- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

v. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Contas a pagar"; e
- "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar".

vi. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "ativos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Provisão para Perdas sobre Créditos

Provisão para perdas sobre créditos - constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às perdas.

d) Ativo Tangível

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

A Produban avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada no resultado do exercício. Adicionalmente, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

e) Ativo Intangível

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

Outros ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil (prazos de utilidade da despesa), pelo prazo máximo de 10 anos.

A Produban avalia ao final de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação às suas atividades.

f) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

g) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

h) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestitação de Serviços:

- Receitas e despesas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- Ativos relativos a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

i) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A Produban é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Produban. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

j) Planos de Benefícios Pós-Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Produban, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander Brasil) de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Produban como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "despesas com pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida.

O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é registrado líquido: (i) do valor justo dos ativos dos planos; e (ii) dos ganhos e/ou das perdas atuariais líquidos não reconhecidos, os quais são diferidos utilizando-se o método do corredor; (iii) dos custos de serviços passados, os quais são diferidos ao longo do tempo. As obrigações são contabilizadas como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

Um ativo atuarial é reconhecido no balanço patrimonial, como "outros ativos", no caso do valor líquido representar um ativo. Esta situação se aplica quando: (i) o excesso de fundos representa benefícios econômicos futuros na forma de retorno de recursos ao patrocinador ou redução nas contribuições futuras, conforme as condições previstas na Resolução Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) 26/2008; e (ii) resultante de quaisquer perdas atuariais e custo do serviço passado acumulados, líquidos e não reconhecidos que serão compensados no longo prazo.

Ativos do plano são definidos como aqueles que serão usados diretamente na liquidação de obrigações e que: (i) sejam de propriedade da patrocinada; e (ii) somente possam ser usados para pagar o financiar benefícios pós-emprego e não possam ser devolvidos às entidades patrocinadas, a menos que ocorra um excesso de recursos conforme as condições previstas na Resolução CGPC 26/2008.

Os ganhos e perdas atuariais são aqueles resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente ocorreu e dos efeitos de mudanças nas premissas atuariais. A Produban utiliza o método do corredor e reconhece no resultado o valor líquido dos ganhos e/ou das perdas atuariais acumulados que excederem o maior valor entre 10% do valor presente das obrigações ou 10% do valor justo dos ativos do plano.

O custo de serviços passados decorre de mudanças nos benefícios pós-emprego atuais ou da introdução de novos benefícios, é reconhecido de forma linear no resultado ao longo do período entre o momento em que surgirem os novos compromissos e a data na qual o funcionário tiver o direito irrevogável de receber os novos benefícios.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado da seguinte forma:

- Custo de serviço corrente - aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente - "despesas com pessoal";
- Custo de juros - aumento no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo - "despesas com juros e similares";
- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas sobre o valor dos ativos do plano - "receitas com juros e similares"; e
- Os ganhos e as perdas atuariais calculados utilizando-se o método do corredor e o custo não reconhecido de serviços passados - "provisões (líquidas)".

Os planos de benefício definido são registrados com base em avaliação atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente. A avaliação atuarial destes planos depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam as seguintes:

- Taxas de juros assumidas;
- Tábuas de mortalidade;
- Índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- Índice de inflação de preços;
- Índice anual de reajustes salariais; e
- Método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados pelo regime não-cumulativo.

l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado das aplicações financeiras e são classificados como não circulantes.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

m) Demonstração de Receitas e Despesas Reconhecidas

A Produban não possui outros itens da demonstração de receitas e despesas reconhecidas (ganhos e perdas provenientes da conversão de demonstrações contábeis de operação no exterior, ganhos e perdas atuariais e mudanças nos valores justo de instrumentos financeiros de hedge) e portanto não foi apresentada esta Demonstração.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS				
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	2011	(Reclassificado)	2010
Receita Líquida de Prestação de Serviços	11	173.653		191.332
Custos dos Serviços Prestados	12	(151.649)		(160.609)
Lucro Bruto		22.004		30.723
Despesas com Pessoal		(13.444)		(13.721)
Despesas Administrativas	15	(4.441)		(3.892)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO *Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado*

8. Provisões
a) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais, Compromissos e Outras Provisões

	2011	2010
Saldo Inicial	2.909	2.871
Constituição Líquida de Reversão (Nota 13)	1.599	136
Pagamentos	(247)	(98)
Saldo no Final do Exercício	4.261	2.909

b) Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O principal processo que a Produban vem discutindo judicialmente são os impactos do expurgo inflacionário do Plano Verão nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL - R\$1.240 (2010 - R\$1.206).

c) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

O saldo da provisão trabalhista é de R\$2.846 (2010 - R\$1.533).

d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, civil e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. O principal processo é:

CPMF em Operações de Clientes - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil emitiu um Auto de Infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., atual Produban e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A., ambos no montante de R\$290 milhões. O objeto dos autos foi a cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas pela Produban na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Produban, conforme acordo entre essas duas companhias, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Ambas sociedades consideram que o tratamento fiscal adotado era adequado uma vez que as referidas operações estavam sujeitas à CPMF pela alíquota zero. O Conselho de Contribuintes julgou os processos administrativos anulando o auto da Produban e mantendo o do Banco. Aguarda-se julgamento do Agravo interposto pelo Banco, em face do despacho que negou segmento ao Recurso Especial. O valor envolvido atualizado de cada uma das ações é de aproximadamente R\$564 milhões.

e) Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares

e.1) Plano de Aposentadoria Complementar

A Produban patrocina, juntamente com o Banco Santander, planos de benefício definido e planos de contribuição definida, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

l) Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco, abrange os funcionários admitidos após 22/05/1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22/05/1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27/07/1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22/05/1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

III) SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi)

Plano de contribuição definida redesenhado a partir de junho de 2009, com contribuição partilhada entre o funcionário e a empresa. A SantanderPrevi é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	2011		2010	
	Banesprev	Sanprev	Banesprev	Sanprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	50.500	248	39.952	212
Valor Justo dos Ativos do Plano	(49.288)	(719)	(40.316)	(617)
Ajustes por Diferimentos				
Permitidos (não Reconhecidos):				
Perdas Atuariais e Outros				
Diferimentos Permitidos	(7.372)	-	(3.923)	-
Ganhos Atuariais	26	184	35	214
Valor não Reconhecido como Ativo	6.842	287	4.342	191
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	708	-	90	-
Contribuições Efetuadas	(319)	-	(387)	(2)
Despesas Reconhecidas	393	-	288	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	9.099	102	7.764	92

Os valores apropriados em despesa de pessoal no exercício referentes aos planos de contribuição definida foram de R\$1.312 (2010 - R\$1.387).

As Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos foram:

- Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial:
 - .Banesprev - 10,4% (2010 - 10,7%).
 - .Sanprev - 10,4% (2010 - 10,7%).
- Taxa de Rendimento Nominal Esperada sobre Ativos do Plano:
 - .Banesprev - Plano I - 10,9% (2010 - 11,3%).
 - .Banesprev - Plano II - 12,4% (2010 - 11,1%).
 - .Banesprev - Plano III - 12,4% (2010 - 11,3%).
 - .Sanprev - 10,6% (2010 - 11,1%).
- Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo:
 - .Banesprev e Sanprev - 4,4% (2010 - 4,4%).
- Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários
 - .Banesprev e Sanprev - 4,9% (2010 - 4,9%).

e.2) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo - entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Conciliação dos Ativos e Passivos

	2011	2010
Valor Presente das Obrigações Atuariais	9.936	8.281
Valor Justo dos Ativos do Plano	(9.236)	(8.471)
Valor não Reconhecido como Ativo	(714)	190
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	(14)	-
Contribuições Efetuadas	(86)	(81)
Despesas Reconhecidas	(305)	229
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	776	1.241

e.3) Remuneração com Base em Ações

O Santander estabeleceu um plano de incentivo de longo prazo para seus executivos. Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas. Foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$439 (2010 - R\$354).

9. Ativos e Passivos Fiscais

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	2011	2010
Resultado antes da Tributação	8.979	17.636
Juros sobre o Capital Próprio	(1.400)	(950)
Resultado Líquido Ajustado	7.579	16.686
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 9% Respectivamente	(2.577)	(5.673)
Outros Ajustes	192	(419)
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 13)	(2.385)	(6.092)
Impostos Correntes	(4.332)	(2.634)
Impostos Diferidos	1.947	(3.458)
Impostos Pagos no Exercício	(4.122)	-
Aliquota Efetiva	26,56%	34,54%

b) Impostos Diferidos

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Créditos Tributários				
Natureza e Origem:				
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	365	12	-	377
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	521	499	(52)	968
Provisão para Despesa de Pessoal - PLR	5.487	4.045	(4.746)	4.786
Outras Provisões Administrativas	1.886	-	(830)	1.056
Outras Provisões Temporárias	306	3.019	-	3.325
Total	8.565	7.575	(5.628)	10.512

Natureza e Origem:

	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2010
Expectativa de Realização dos Créditos Tributários - Diferidos				
Natureza e Origem:				
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	354	11	-	365
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	515	62	(56)	521
Provisão para Despesa de Pessoal - PLR	4.943	5.165	(4.621)	5.487
Outras Provisões Administrativas	6.154	8.392	(12.660)	1.886
Outras Provisões Temporárias	57	249	-	306
Total	12.023	13.879	(17.337)	8.565

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários - Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias		Total
	IRPJ	CSLL	
2012	6.869	2.479	9.348
2013	378	142	520
2014	142	57	199
2015	142	51	193
2016	185	67	252
Total	7.716	2.796	10.512

10. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o capital social, totalmente integralizado, está representado por 11.250 mil ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 26 de abril de 2011, aprovou o aumento do capital social no valor de R\$4.939, sem modificação do número de ações.

b) Dividendos

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

Em dezembro de 2011, foram destacados dividendos no montante de R\$166 (R\$14,76 por lote de mil ações) e foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$1.400 (R\$124,44 por lote de mil ações e R\$105,78, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações), que gerou benefícios fiscais de R\$476, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2011.

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 26 de abril de 2010, foram aprovadas: (i) a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$610 (R\$54,25 por lote de mil ações) relativos ao 1º semestre de 2009 e de R\$1.285 (R\$114,12 por lote de mil ações) em complemento ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2009, (ii) a distribuição de juros sobre o capital próprio nos montantes de R\$330 (R\$29,33 por lote de mil ações e R\$24,93, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações) relativo ao período de julho a dezembro de 2009, e de R\$470 (R\$41,78 por lote de mil ações e R\$35,51, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações) relativo ao período de janeiro a junho de 2009, que geraram benefícios fiscais de R\$112 e R\$160, respectivamente, (iii) a distribuição de dividendos complementares com base na reserva para equalização de dividendos, no montante de R\$4.219 (R\$375,08 por lote de mil ações) e (iv) a distribuição de dividendos complementares com base na reserva para equalização de dividendos no montante de R\$4.990 (R\$443,58 por lote de mil ações), relativo a exercícios anteriores a 2009.

c) Reservas

Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício foi destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foi 100% destinado para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. O saldo da reserva para equalização de dividendos, juntamente com a reserva legal, deve ser limitado a 100% do capital social. A parcela do saldo existente em dezembro de 2011 que exceder esse limite, será destinada na AGO a realizar-se até 30 de abril de 2012.

11. Receita Líquida de Prestação de Serviços

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2011	2010
Receita Bruta		
Operações com Partes Relacionadas (Nota 13&16.f)	187.897	196.954
Operações com Terceiros (Nota 13)	402	10.570
Menos:		
PIS (Nota 13)	(1.241)	(1.370)
Cofins (Nota 13)	(5.727)	(6.321)
ISS (Nota 13)	(7.678)	(8.501)
Receita Líquida	173.653	191.332

12. Custo dos Serviços Prestados

	2011	2010
Serviços Prestados por Terceiros - Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas (Nota 13)	64.982	78.572
Despesas com Pessoal	86.667	82.037
Total	151.649	160.609

13. Informações sobre a Natureza das Despesas Reconhecidas na Demonstração do Resultado

A Produban apresentou a demonstração de resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentado a seguir:

	2011	2010
Receitas com Prestação de Serviços (Nota 11)	188.299	207.524
PIS (Nota 11)	(1.241)	(1.370)
Cofins (Nota 11)	(5.727)	(6.321)
ISS (Nota 11)	(7.678)	(8.501)

	2011	2010
Serviços Prestados por Terceiros - Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas (Nota 12)	(64.982)	(78.572)
Despesas de Remuneração, Benefícios e Treinamento com Pessoal	(79.662)	(77.237)
Despesas de Encargos Sociais com Pessoal	(20.449)	(18.521)
Despesas com Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros (Nota 15)	(754)	(604)
Outras Despesas Administrativas	(3.687)	(3.288)
Despesas de Depreciação (Nota 5)	(329)	(251)
Despesas de Amortização (Nota 6)	(42)	-
Provisões Líquidas de Reversão para Processos Judiciais e Administrativos e Outras (Nota 8)	(1.599)	(136)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	2.989	2.177
Rendas com Aplicações em Operações		
Compromissadas e Depósitos Interfinanceiros (Nota 14)	3.841	2.736
Provisão para Imposto de Renda (Nota 9.a)	(3.115)	(1.907)
Provisão para Contribuição Social (Nota 9.a)	(1.217)	(727)
Ativo Fiscal Diferido (Nota 9.a)	1.947	(3.458)
Total Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração do Resultado	6.594	11.544

14. Receitas Financeiras

	2011	2010
Rendas com Ativos Financeiros com Instituições de Créditos (Nota 13&16.f)		
Operações Compromissadas	3.408	2.663
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	433	73
Total	3.841	2.736

15. Despesas Administrativas

	2011	2010
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros (Nota 13)	754	604
Viagens	422	863
Transportes	217	347
Outras	3.048	2.078
Total	4.441	3.892

16. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na AGO da Produban, realizada em 26 de abril de 2011, foi aprovada a remuneração global dos administradores para o ano de 2011, no montante de até R\$2.048, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios.

b) Benefícios de Longo Prazo

A Produban, assim como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 15).

c) Benefícios de Curto Prazo

	2011	2010
Salários e Honorários da Diretoria Executiva		
Remuneração Fixa	754	728
Remuneração Variável	750	800
Outras	556	520
Total (1)	2.060	2.048

(1) Em 2011, a remuneração adicional paga aos membros da Diretoria Executiva, no valor de R\$12, será objeto de ratificação pelos acionistas em AGO a ser realizada até o dia 30 de abril de 2012.

Adicionalmente, no exercício foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$343 (2010 - R\$327).

d) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

e) Participação Acionária

A Produban Brasil é controlada pela Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. com sede na Espanha a qual é controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A. (Banco